



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA/MG  
Rua Santo Antônio, nº 630 - CEP 36015-001 - Juiz de Fora - MG - www.dpu.gov.br

## **EDITAL - DPU-JF/DGP JF - Nº 03/2023, DE 13 DE ABRIL DE 2023.**

**EDITAL Nº 03/2023**

### **EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA/MG**

O Defensor Público-Chefe da Defensoria Pública da União em Juiz de Fora/MG, no uso de suas atribuições delineadas na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e em observância à Portaria GABDPGF DPGU nº 408, de 27 de maio de 2019, à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e o Defensor Público Federal ora designado como Presidente da Comissão do Concurso tornam pública a abertura do **Concurso para Estágio Remunerado em Direito na Defensoria Pública da União em Juiz de Fora/MG**, nos termos seguintes:

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1 - O processo de seleção destina-se **à formação de cadastro de reserva** para estudantes de Direito.
- 1.2 - O processo seletivo obedecerá às normas deste edital e terá validade de um ano, a contar da data da homologação do resultado final, **podendo ser prorrogado por igual período.**
- 1.3 - A vigência do estágio será fixada no Termo de Compromisso de Estágio, pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 13 da Portaria GABDPGF DPGU nº 408, de 27 de maio de 2019.
- 1.4 - **O tempo de estágio na Defensoria Pública da União é considerado serviço público relevante e prática forense, conforme artigo 145, §3º, da Lei Complementar nº 80/94.**
- 1.5 - A bolsa de estágio mensal na Defensoria Pública da União corresponde a **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**, conforme o artigo 10, inciso II, da Portaria GABDPGF DPGU nº 408, de 27 de maio de 2019.
- 1.6 - Nos termos dos artigos 12 e 39 da Portaria GABDPGF DPGU nº 408, de 27 de maio de 2019, fica assegurado ao estagiário **auxílio-transporte no valor de R\$ 8,00 (oito reais) por dia efetivamente estagiado e o gozo de recesso remunerado.**
- 1.7 - A carga horária a ser cumprida pelo estagiário é de **04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, nos turnos matutino ou vespertino**, conforme disponibilidade de vagas e respeitando o turno escolar do estagiário.
- 1.8 - O estagiário aprovado no presente processo seletivo será lotado por ordem de classificação, observado o interesse público, a conveniência administrativa e a necessidade de serviço da Defensoria Pública da União em Juiz de Fora/MG.
- 1.9 - Caso o candidato não tenha disponibilidade de horário para o turno oferecido, ou ainda por qualquer outro motivo não deseje iniciar imediatamente suas atividades, poderá requerer o adiamento de sua convocação, encaminhando e-mail ao Setor de Estágio da própria DPU, [dpu.juizdefora@dpu.def.br](mailto:dpu.juizdefora@dpu.def.br), requerendo a próxima vaga no turno pretendido ou o seu deslocamento para o final da lista de aprovados.
- 1.10 - O estagiário convocado desempenhará as seguintes atividades: atendimento ao público, elaboração de pareceres, acompanhamento de processos, diligências judiciais e administrativas, petições simples, complexas, iniciais, defesas, recursos, contrarrazões e auxílio aos assistidos em suas necessidades perante a Justiça, cooperando com pessoas com deficiência ou em situação de rua no ambiente da Defensoria Pública ou fora dele.

## 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 - A inscrição é gratuita e poderá ser feita do **dia 17/04/2023 até às 23:59 (horário de Brasília) do dia 01/05/2023** do corrente ano, no portal eletrônico da Universidade Patativa do Assaré [www.universidadepatativa.com.br](http://www.universidadepatativa.com.br) – opção **CONCURSOS–CONCURSOS EM ANDAMENTO – Veja processos seletivos – Consulte os processos públicos - Logotipo DPU Juiz de Fora/MG.**

2.2 - No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e escolares válidos. Caso declare algum dado errado, poderá efetivar a correção, desde que exclua a inscrição e a refaça dentro do período de inscrição determinado no edital. Após o término do prazo para inscrições, não será realizada nenhuma correção nos dados declarados pelo candidato.

2.3 - Serão aceitas as inscrições de candidatos **matriculados do 4º (quarto) ao 8º (oitavo) semestre do curso de Direito**, mantido por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, **devendo ser comprovada a matrícula no 4º (quarto) semestre no momento da convocação.** A opção pela inscrição independe de abordagem prévia de todo conteúdo programático pelo programa de graduação frequentado pelo candidato.

2.4 - Nos atos de convocação e assinatura do contrato, o candidato **não poderá estar cursando seu último semestre letivo.**

2.5 - O candidato que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL, conforme Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016, poderá solicitá-lo no ato da inscrição.

2.5.1 - Não serão aceitas outras formas de solicitação de nome social, tais como: via postal, telefone ou fax. O Setor de Estágio da Defensoria Pública da União em **Juiz de Fora/MG** e a UPA reservam-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

2.5.2 - O candidato nesta situação deverá realizar sua inscrição informando seu nome civil no campo nome completo, ficando ciente de que o nome social será utilizado em toda comunicação pública do processo seletivo, sendo considerado o nome civil apenas para as etapas internas e para a devida identificação do candidato, nos termos legais.

2.6 - A Defensoria Pública da União e a UPA não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.7 - A relação final dos inscritos no certame será divulgada no site **dia 11 de Maio de 2023** após conclusão das análises das políticas de cotas previstas nos artigos 4º ao 6º deste Edital

## 3. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA - PCD

3.1 - Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas e daquelas que venham a surgir durante o prazo de vigência do certame, desde que a deficiência seja compatível com as condições de trabalho exigidas pelo órgão e com as atribuições da função.

3.2 - O candidato pessoa com deficiência, no ato de inscrição, deverá enviar para o e-mail [dpjuizdeforamg@universidadepatativa.com.br](mailto:dpjuizdeforamg@universidadepatativa.com.br), durante o período de inscrições, a comprovação da condição de deficiência nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, assim como cópia do laudo médico com emissão no prazo máximo de 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), assinatura e carimbo contendo o CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o nome do candidato.

3.3 - O candidato com deficiência que necessitar de qualquer espécie de auxílio ou condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la no ato da inscrição (dentro do período das inscrições). O candidato deverá seguir as mesmas instruções de envio constante no ítem 3.2.

3.4 - A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e razoabilidade e poderá ser concedido o dobro do tempo para realização da prova.

3.5 - O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário de aplicação da prova e às notas mínimas exigidas para todos os

demais candidatos.

3.6 - Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “O candidato com visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência”.

3.7 - O candidato com deficiência auditiva, além do laudo médico solicitado no item 3. 2. deverá apresentar exame de audiometria tonal recente (no máximo de 12 meses) nas frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme Art. 5º, § 1º, I, alínea "b", do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.

3.8 - Os candidatos com deficiência serão classificados na lista geral e na lista específica.

3.9 - A vigência do contrato de estagiário com deficiência poderá ser prorrogada até a data de conclusão do respectivo curso superior.

3.10 - Na hipótese de não haver número de candidatos com deficiência aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

#### **4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS**

4.1 - **Ficam assegurados aos candidatos autodeclarados negros 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas por este edital, e daquelas que surjam durante o prazo mencionado no item 1. 1,** na forma do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018, e conforme Resolução CSDPU nº 173, de 3 de dezembro de 2020.

4.2 - Poderão concorrer às vagas reservadas aos(as) negros(as) aqueles(as) que se autodeclararem pretos(as) ou pardos(as) no ato da inscrição do processo seletivo de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e optem por concorrer às vagas reservadas mediante o preenchimento da autodeclaração (Anexo III), encaminhando-a para o email [dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br](mailto:dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br).

4.3 - Os(as) candidatos(as) cotistas que optarem pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no seletivo.

4.4 - Em caso de desistência do processo seletivo pelo candidato(a) cotista aprovado(a) em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) cotista posteriormente classificado(a). A desistência não se confunde com o pedido de adiamento de sua convocação, descrito no item 1.9 deste edital.

4.5 - Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos(as) cotistas aprovados(as) para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação e o disposto no art. 4.6.

4.6 - Os(As) candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) serão entrevistados presencialmente, em etapa prévia à realização das provas no caso de concurso de provas, por Comissão Especial formada pela DPU para avaliação do fenótipo do(a) candidato(a) quanto pertencimento à população negra, constituída por 03 (três) pessoas, ressalvados os que já foram aprovados em banca de heteroidentificação de outro órgão público.

**§ 1º Para os fins previstos no caput, a comissão deverá ser composta, preferencialmente, por dois servidores públicos e um(a) cidadão(ã) externo(a) à instituição, com notório saber em políticas de igualdade racial, priorizando-se os que possuírem comprovado histórico de engajamento social na defesa da população negra.**

§ 2º A comissão seguirá o seguinte procedimento:

I - será realizada entrevista presencial que terá a finalidade específica e exclusiva de avaliar o fenótipo dos(as) candidatos(as) negro(as), sendo expressamente vedado aos membros, na apreciação do critério fenotípico, empregar técnicas que exponham o candidato a constrangimento ou que levem em consideração elementos métricos ou fenológicos.

II - será permitida à banca a elaboração de indagações, nos termos estabelecidos nesta resolução, inclusive para fins de

registro audiovisual, devendo, porém, antes de as formular, esclarecer ao(à) candidato(a) que o critério utilizado pela comissão é estritamente fenotípico, não influenciando as respostas na apreciação da banca.

III - em relação ao inciso anterior, apenas serão permitidos os seguintes questionamentos pela banca:

a) confirmação do nome do(a) candidato(a);

b) a área de estágio para a qual se inscreveu;

c) ratificação que, quando da inscrição no concurso, expressamente se autodeclarou negro(a); e quais as razões pelas quais o(a) candidato(a) se reconhece como preto(a) ou pardo(a).

§ 3º Será confirmada a condição do candidato autodeclarado(a) negro(a) por decisão da maioria simples dos membros da comissão.

**§ 4º A ausência à citada entrevista ou a decisão que não reconheça a condição de negro(a), permite que o(a) candidato(a) siga no certame, mas disputando entre as vagas da ampla concorrência, caso tenha pontuação para figurar entre os classificados para a concorrência geral.**

4.7 - A verificação da comissão se dará em entrevista pública e presencial, dela podendo participar qualquer pessoa interessada, desde que não prejudique os trabalhos da comissão ou interfira no desempenho do(a) candidato(a), vedando-se, assim, qualquer forma de manifestação do público.

4.8 - Os(As) candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) e pardos(as) serão entrevistados no dia: **04 de MAIO de 2023 - quinta feira a partir das 09:00 horas da manhã, na sede da Defensoria Pública da União, localizada na Rua Santo Antônio, 630, 6ª andar, centro – Juiz de Fora/MG CEP 36.015-001.**

4.8.1 - A Comissão organizadora irá enviar e-mail para o endereço informado pelo(a) candidato(a) com a data e hora da entrevista, conforme o cronograma estabelecido no anexo I deste edital.

4.8.2 - Para realização da entrevista pessoal, o(a) candidato(a) deverá levar RG ou outro documento de identificação com foto, e respeitar todas as medidas de higiene e distanciamento, sob pena de imediata desclassificação do certame.

4.9 - O(a) candidato(a) que concorreu como cotista e que obtiver média final que o classifica, na lista geral de concorrentes, em colocação superior à vaga reservada que lhe seria destinada, deve tomar posse na situação mais vantajosa para si, não se considerando, porém, preenchida a vaga reservada que a ele(a) seria destinada.

4.10 - Ao(À) candidato(a) reprovado(a) pela comissão de verificação oportunizar-se-á acesso ao seu relatório de entrevista e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após acesso ao relatório, recorrer do resultado, exclusivamente por via eletrônica, para o email: [selecoes.juizdefora@dpu.def.br](mailto:selecoes.juizdefora@dpu.def.br)

4.11 - A autodeclaração terá validade somente para este concurso de estágio.

4.12 - Na hipótese de constatação de declaração falsa, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do processo seletivo e, se houver sido selecionado(a) ou contratado(a), será imediatamente desligado(a) do programa de estágio.

## **5. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS INDÍGENAS**

5.1 - Ficam assegurados aos candidatos indígenas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas por este edital, conforme Resolução CSDPU nº 157, de 5 de março de 2020, e daquelas que surjam durante o prazo mencionado no item 1.1.

5.2 - A condição de indígena do(a) candidato(a) que assim se autodeclare deverá ser confirmada mediante apresentação de ao menos um dos seguintes documentos:

I - declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, duas lideranças reconhecidas;

II - documento emitido pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI que ateste sua condição.

5.3 - Os(As) candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas deverão encaminhar o (os) referido (os) documento (os), no ato da inscrição do processo seletivo de estágio, para o email [dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br](mailto:dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br).

## **6 - DOS REQUISITOS PARA INGRESSAR NO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA - MG**

6.1 - Os requisitos para o estudante ingressar no programa de Estágio da Defensoria Pública da União são:

I - Ter sido aprovado no processo seletivo;

II – Estar matriculado a partir do 4º semestre do curso de Direito quando convocado para firmar o Termo de Compromisso de Estágio, ocasião em que deverá apresentar o comprovante de matrícula ou o histórico escolar atualizado, nos termos do art. 145, da Lei Complementar nº 80/1994;

III - Estar em dia com as obrigações eleitorais e com as concernentes ao serviço militar;

IV - Existirem vagas, que serão preenchidas de acordo com a classificação obtida;

V - Ter aptidão física e mental para a realização do estágio, comprovada por apresentação de avaliação de saúde ocupacional, **às suas expensas**, no ato da contratação.

## **7 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA**

7.1 - A prova objetiva e discursiva presencial será realizada **no dia 21 de Maio de 2023 (domingo)**, com previsão de início às **08:30h e duração máxima de 4h (quatro horas)**, sendo abertura dos portões às **08:00h e fechamento dos portões às 08h20 (horário local de Juiz de Fora/MG)**, conforme cronograma constante do anexo I do Edital; A publicação no site do local da realização da prova presencial deste certame será no dia **18 de Maio de 2023 – quinta-feira, juntamente com as listas dos candidatos separadas por salas;**

7.2 – O local da prova será na **FACULDADE UNIPAC, sediada na Rua José Cesário, nº. 175 – Alto dos Passos – Juiz de Fora – MG**. O candidato deverá se apresentar com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de lápis, caneta, borracha e documento de identidade com foto.

7.3 - O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

**7.4 - O candidato não poderá levar o caderno de provas.**

7.5 - Ao término do prazo estabelecido para a prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas e o lacre dos envelopes, retirando-se da sala de prova de uma só vez.

7.6 - O preenchimento da prova será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na Prova. Em hipótese alguma haverá substituição da Prova por erro do candidato.

7.7 - Acarretará a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas estabelecidas para a realização da prova discursiva.

7.8 - Não serão aplicadas provas em data ou em horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado.

7.9 - A Prova não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de respostas, qualquer palavra ou marca que a identifique. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto acarretará a anulação da prova e a eliminação do candidato do certame.

7.10 - O valor total da prova será de 100 pontos, sendo: 30 (trinta) pontos para a prova objetiva e 70 (setenta) pontos para a prova discursiva.

7.11 - A prova objetiva será composta por 30 (trinta) questões específicas de Direito, com 04 alternativas cada e apenas uma correta; As questões poderão versar sobre qualquer ponto do anexo II;

7.11.1 - Para cada acerto será computado 01 (um) ponto, totalizando 30 pontos.

7.11.2 - Somente será classificado para segunda etapa (correção das provas discursivas) o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50% do total da prova objetiva, ou seja, com pontuação mínima de até 15 (quinze) pontos o candidato será classificado e terá sua prova discursiva corrigida, com pontuação inferior a 15 pontos o candidato será desclassificado do certame;

7.11.3 - **Em caso de ultrapassar 60 provas classificadas, fica estabelecido o seguinte critério de desempate:**

a) Obter maior pontuação na prova objetiva;

b) Maior idade;

c) o candidato que estiver em período mais avançado na faculdade;

7.12 - A prova discursiva deverá ser produzida no estilo dissertativa-argumentativa e versará sobre qualquer tema concernente às matérias do conteúdo programático do Anexo II, com valor de 70 (setenta) pontos, contendo 03 (três) questões dissertativas, com duas questões valendo 20 (vinte) pontos cada uma, e uma questão valendo 30 (trinta) pontos, devendo ser respondida em no máximo 25 (vinte e cinco) linhas cada questão.

7.12.1 - Na prova discursiva serão avaliados o raciocínio jurídico, a fundamentação e sua consistência, a capacidade de interpretação, a exposição e a correção gramatical, assim como o uso do vernáculo.

7.12.2 - Será eliminado do certame o candidato que obtiver nota inferior a 35 (trinta) pontos na redação dissertativa-argumentativa.

7.13 - **Para efeito de desempate entre candidatos classificados com igual nota final**, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios para imitar o Resultado Final do certame:

a) o candidato que obtiver maior pontuação nas questões discursivas;

b) o candidato de maior idade;

c) o candidato que estiver em período mais avançado na faculdade;

7.14 - Os candidatos aprovados serão ordenados, em lista de classificação, de acordo com a nota final obtida, da maior para

a menor, considerando as vagas reservadas para o sistema de cotas previsto neste Edital.

## **8 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E RECURSOS**

8.1 - O Gabarito Preliminar da prova objetiva presencial será divulgado no dia: **22/05/2023 – segunda-feira**, no site da Universidade Patativa do Assaré [www.universidadepatativa.com.br](http://www.universidadepatativa.com.br);

8.2 - Serão admitidos Recursos quanto ao Gabarito Preliminar da prova objetiva, que deverão ser encaminhados eletronicamente **até às 23:59h do dia: 23/05/2023** para o endereço [dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br](mailto:dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br), em formulário específico, disponível para download no site da Universidade Patativa do Assaré.

8.2.1 - Não serão aceitos recursos por via postal ou *fac-símile*, ou outro meio não previsto neste edital.

8.2.2 - Serão rejeitados, também, liminarmente, os recursos enviados fora do prazo indicado no item 8.1, bem como aqueles que não contiverem dados necessários à identificação do candidato ou for redigido de forma ofensiva.

8.2.3 - O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação do eventual prejuízo, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, legislação, páginas de livros, nomes dos autores, etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes e, ainda, exposição de motivos e argumentos.

8.3 - A decisão da banca examinadora da Universidade Patativa do Assaré a respeito do recurso será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos das provas objetivas, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita, ainda, revisão de recursos.

8.4 - Se do exame de recurso resultar na anulação de questão integrante da prova objetiva, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.5 - A publicação da Lista de classificação preliminar, Gabarito Oficial e Respostas aos recursos serão feitas dia: **31/05/2023 – quarta-feira**;

8.6 - Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão ou recursos da decisão sobre os recursos, e/ou do recurso do gabarito oficial, ou mesmo do resultado final.

8.7 - As listas de classificação serão disponibilizadas por ordem decrescente de classificação das notas obtidas nos termos deste edital sendo:

- a) lista geral de ampla concorrência;
- b) lista dos candidatos pessoa com deficiência;
- c) lista dos candidatos autodeclarados negros ou pardos;
- d) lista dos candidatos indígenas

8.8 - A publicação das notas da prova Discursiva será feita em: **29/06/2023 – quinta-feira**.

8.9 - O recurso contra o resultado da prova discursiva deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico [dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br](mailto:dpujuizdeforamg@universidadepatativa.com.br) no dia: **30/06/2023 – sexta-feira**. **O procedimento para o correto envio dos recursos segue os do item 8.2;**

8.10 - A publicação da lista de classificação final definitiva e resposta aos recursos será feita em **14/07/2023**.

8.11 - Publicação do resultado final do certame e **sua homologação: dia 14/07/2023**.

## **9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 - Os candidatos aprovados serão convocados seguindo a ordem de classificação e a existência de vagas.

9.2 - As convocações dos aprovados, de acordo com a existência de vagas, dar-se-ão por meio de contato pessoal, conforme informações constantes na ficha de inscrição online, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizados seus dados, endereço, telefone e e-mail junto ao Setor de Estádio da Defensoria Pública da União em Juiz de

Fora/MG.

9.3 - Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com sua classificação via telefone e/ou e-mail.

9.4 - A Secretaria de Gestão de Pessoas manterá cadastro de todos os(as) estagiários(as) da Defensoria Pública da União que ingressarem na carreira pelo sistema de cotas, para fim exclusivo de avaliação da eficácia da adoção da ação afirmativa.

9.5 - O candidato aprovado e classificado que for convocado, poderá, se assim desejar, encaminhar e-mail ao Setor de Estágio da Defensoria Pública da União em Juiz de Fora/MG. ([dpjuizdeforamg@universidadepatativa.com.br](mailto:dpjuizdeforamg@universidadepatativa.com.br)), comunicando a desistência da vaga ou solicitando final de fila na lista de aprovados.

9.6 - A comprovação dos requisitos indispensáveis ao início das atividades será exigida após a realização do certame, por ocasião da celebração do contrato de estágio com o candidato aprovado.

9.7 - Os aprovados da lista dos candidatos aprovados serão convocados para preenchimento das vagas, conforme a seguir:

- 1ª vaga aberta (pessoa com deficiência);
- 2ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 3ª vaga aberta (candidatos indígenas);
- 4ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 5ª vaga aberta (candidatos negros);
- 6ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 7ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 8ª vaga aberta (candidatos negros);
- 9ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 10ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 11ª vaga aberta (candidatos negros);
- 12ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 13ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 14ª vaga aberta (candidatos negros);
- 15ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 16ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 17ª vaga aberta (candidatos negros);
- 18ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 19ª vaga aberta (ampla concorrência);
- 20ª vaga aberta (candidatos negros);

E assim sucessivamente, considerando o surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

**9.8 - Não se admitirá a contratação de estagiários matriculados no 10º período do curso de Direito.**

9.9 - Os comunicados e as demais informações relativas ao certame serão publicados no site da UPA ([www.universidadepatativa.com.br](http://www.universidadepatativa.com.br)) e no site da Defensoria Pública da União em Juiz de Fora/MG.

9.10 - Cabe ao Defensor Público Federal Chefe da Unidade de Juiz de Fora/MG formular as questões objetivas e o tema da redação dissertativa-argumentativa, corrigi-las, decidir acerca dos casos omissos porventura questionados, assim como julgar eventuais recursos, conforme cronograma.

9.11 - A simples inscrição no presente Processo Seletivo autoriza a UPA e a Defensoria Pública da União em Juiz de Fora/MG a utilizar-se dos dados inseridos ou transferi-los, mantendo-se a mesma finalidade para as quais foram fornecidos.

9.12 - Em caso de dúvidas o candidato poderá entrar em contato com a UPA pelos números abaixo:



9.13 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz de Fora/MG, 11 de Abril de 2023.

Defensor Público Federal– Presidente da comissão de concurso - DPU em Juiz de Fora/MG.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pires Carvalho, Defensor(a) Público(a) Federal**, em 13/04/2023, às 16:29, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://www.dpu.def.br/sei/conferir\\_documento\\_dpu.html](http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html) informando o código verificador **6071331** e o código CRC **28A73F24**.

## ANEXO - I

### DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

ETAPA	DATA
Período de inscrições no site da UPA	<b>Dia: 17/04/2023 até as 23:59h do dia 01/05/2023;</b>
Publicação no site da UPA da relação de Inscritos no certame	<b>Dia: 11/05/2023</b>
<b>Entrevistas presencial dos(as) candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) e pardos(as)</b>	<b>Data a ser inserida pela DPU 04/05/2023</b>
<b>Prazo de recurso sobre a decisão da Comissão de heteroidentificação</b>	<b>Data a ser inserida pela DPU 09/05/2023</b>
<b>Resultado dos recursos da Heteroidentificação – divulgação da lista final de inscritos</b>	<b>Data a ser inserida pela DPU 11/05/2023</b>
<b>Publicação no site do Local da Prova presencial</b>	<b>Dia: 18/05/2023</b>
Realização da Prova presencial Objetiva e Subjetiva	<b>Dia: 21/05/2023 (Domingo) – das 08:30h às 12:30h (horário local de Juiz de Fora/MG)</b>
Publicação do Gabarito Preliminar da prova objetiva e Publicação da Lista de Classificação Provisória	<b>Dia: 22/05/2023</b>
Prazo para interposição de Recursos contra o Gabarito Preliminar	<b>Dia: 23/05/2023</b>
Publicação da Lista de Classificação Definitiva, Gabarito Oficial e respostas aos recursos	<b>Dia: 31/05/2023</b>
Publicação da Lista de Classificação provisória e notas da prova discursiva	<b>Dia: 29/06/2023</b>
Prazo para interposição de Recursos contra a prova Discursiva	<b>Dia: 30/06/2023</b>
Publicação da Lista de Classificação Definitiva e respostas aos recursos	<b>Dia: 14/07/2023</b>
Publicação do Resultado Final do certame	<b>Dia: 14/07/2023</b>

ANEXO - II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – NÍVEL SUPERIOR DIREITO

ESPECÍFICO

**Direito Constitucional** - 1. Evolução histórica do constitucionalismo; 2. A Constituição; 3. Poder constituinte; 4. Normas Constitucionais; 5. Princípios constitucionais; 6. Direito e garantias fundamentais; 7. Nacionalidade; 8. Direitos e deveres individuais e coletivos; 9. Direitos políticos; 10. Direitos Sociais; 11. Organização do estado; 12. Poder Judiciário; 13. Defensoria Pública; 14. Controle de constitucionalidade; 15. Remédios constitucionais; 16. Habeas corpus; 17. Habeas Data; 18 Mandado de segurança; 19. Controle judicial de políticas públicas; 20. Direito à saúde; 21. Sistema Único de Saúde; 22. Direito constitucional ambiental.

**Direito Administrativo** - 1. Conceito e objeto do direito administrativo; 2. Bases constitucionais; 3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do direito administrativo; 4. Ato administrativo; 5. Servidores públicos; 6. Improbidade administrativa; 7. Bens públicos; 8. Poderes da administração pública; 9. Controle judicial dos atos da administração pública; 10. Concessões e Permissões de serviço público; 11. Desapropriação; 12. Requisição administrativa; 13. Tombamento; 14. Servidão; 15. Organização administrativa; 16. Responsabilidade civil da administração.

**Direito Civil** - 1. LINDB; 2. Pessoas naturais e jurídicas; 3. Bens; 4. Fatos e atos jurídicos; 5. Dos atos lícitos e ilícitos; 6. Da prescrição e da Decadência; 7. Da união estável; 8. Da prova; 9. Dos contratos; 10. Da Propriedade; 11. Da posse; 12. Dos direitos reais sobre as coisas alheias; 13. Da responsabilidade Civil; 14. Do domicílio; 15. Do código de Defesa do Consumidor.

**Direito Processual Civil** – 1. Ação; 2. Jurisdição; 3. Competência 4. Competência da Justiça federal; 5. Processo de conhecimento; 6. Processo de execução; 7. Processo cautelar; 8. Mandado de segurança; 9. Antecipação da tutela; 10. Petição inicial; 11. Pedido; 12. Resposta do réu; 13. Prova; 14. Formação, suspensão e extinção do processo; 15. Da sentença; 16. Recursos; 17. Ação civil pública; 18. Ação popular; 19. Lei 9.099/95; 20. Lei 10.259/2001.

**Direito Penal** – 1. Princípios; 2. Teoria do delito; 3. Dos crimes; 4. Tipicidade, ilicitude e culpabilidade; 5. Consunção, especialidade e subsidiariedade; 6. Ação penal; 7. Imputabilidade penal; 8. Concurso de pessoas; 9. Concurso de crimes; 10. Crime continuado; 11. Extinção de punibilidade; 12. Das penas: espécies, cominação e aplicação; 13 Da suspensão condicional da pena; 14. Do livramento condicional, efeitos da condenação e da reabilitação; 15. Dos crimes de contrabando e descaminho; 16. Do crime de moeda falsa; 17. Do crime de uso de documento falso; 18. Dos crimes da Lei 11.343/06 (lei de tóxicos); 19. Dos crimes da Lei 9.605/98 (crimes ambientais); 20. Dos crimes contra a fé pública; 21. Dos crimes contra a administração pública; 22. Dos crimes contra o patrimônio; 23. Dos crimes contra a organização do trabalho.

**Direito Processual Penal** – 1. Inquérito policial; 2. Ação penal; 3. Jurisdição e competência; 4. Sujeitos processuais; 5. Extinção de punibilidade; 6. Da prova; 7. Da prisão; 8. Da liberdade provisória; 9. Processo comum; 10. Processo sumário; 11. Sentença; 12. Nulidades; 13. Recursos; 14. Habeas Corpus; 15. Lei 9.099/98; 16. Lei 10.259/01; 17. Lei 13.343/06; 17. Lei 9.605/98.

**Princípios Institucionais da Defensoria Pública** – 1. Princípios constitucionais; 2. A Defensoria Pública na constituição; 3. Atribuições, garantias e prerrogativas; 4. LC 80/94; 4.

Emendas constitucionais.

**Direitos Humanos** – 1. Conceito de Direitos humanos; 2. A constitucionalização dos direitos humanos; 3. A constituição da República Federativa do Brasil; 4. Princípios constitucionais; 5. Hierarquia dos tratados internacionais dos direitos humanos; 6. Internacionalização dos Tratados internacionais de direitos humanos; 7. Proteção das minorias e demais grupos vulneráveis; 8. A proteção à mulher, a criança, ao idoso e à pessoa com deficiência; 9. A liberdade sexual e a transexualidade; 10. O refúgio.

**Direito Previdenciário** – 1. Da seguridade social na constituição federal; 2. Princípios da previdência social; 3. Qualidade de segurado; 4. Carência; 5. Período de graça; 6. Benefícios; 7. Lei 8.742/93 (lei Orgânica da Assistência Social); 8. Lei 8.213/91.

-----  
-----  
**ANEXO - III**

**FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, carteira de Identidade (RG) nº \_\_\_\_\_ inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, Estudante do curso \_\_\_\_\_, matriculado na Instituição de Ensino \_\_\_\_\_, faço a presente autodeclaração para fins de concorrer às vagas reservadas a candidatos negros do CONCURSO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA/MG, conforme estabelecido no **Edital nº 01/2023**, e nos termos do Decreto nº 9.427/2018, e na Resolução CSDPU nº 173, de 3 de dezembro de 2020, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

preto(a)

pardo(a)

**(\*OBS: O quesito cor ou raça será avaliado de acordo com os termos utilizados pela Fundação Instituto**

**Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).**

Declaro, ainda, estar ciente do disposto no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 9.427/2018, especificamente quanto à possibilidade legal do desligamento antecipado do estágio na hipótese de ser constatada, a qualquer tempo, a não veracidade desta declaração.

Por fim, a título de informação suplementar ao já declarado, aviso a Universidade Patativa do Assaré que:

**participo** do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

**não participo** do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

Juiz de Fora/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Assinatura: \_\_\_\_\_